

Heterossexualidades dissidentes? As economias sexuais urbanas na prostituição feminina em São Paulo

Juno Ferreira

Universidade de São Paulo (PPGAS/USP)

junoferreira@usp.br

<https://orcid.org/0009-0005-2961-2304>

RESUMO

Este artigo propõe examinar algumas possíveis dissidências que as relações entre mulheres prostitutas e homens clientes podem representar à matriz heterossexual normativa. Mediante trabalho etnográfico em ruas e avenidas de São Paulo, examino como as economias sexuais urbanas da prostituição feminina, ainda que realizadas na complementaridade binária entre homens e mulheres cisgêneros, desafiam as concepções dos modelos ideais de sexualidade saudável. Em suas trocas, as operações de diferença são dadas não apenas mediante dinheiro como sustentáculo da troca, mas em práticas, desejos e pulsões que não adentram a heterossexualidade doméstica e normativa e, por vezes, podem ser saciadas apenas nos espaços de trocas sexuais urbanas e remuneradas, como as práticas fetichistas e de cruzamentos geracionais. Analiso como as profissionais do sexo transformam espaços em topografias eróticas, se apropriam da cidade e nela transitam em esferas que subvertem ou incorporam modelos de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Antropologia urbana; gênero; sexualidade; prostituição; trabalho sexual.

Dissident heterosexualities? Urban sexual economies in the prostitution of women in São Paulo

ABSTRACT

This article proposes to examine some possible dissidences that the relationships between female prostitutes and male clients may represent to the normative heterosexual matrix. Through ethnographic work in the streets and avenues of São Paulo, I examine how the urban sexual economies of female prostitution, although carried out in binary complementarity between cisgender men and women, challenge the conceptions of the ideal models of healthy sexuality. In their exchanges, the operations of difference are given not only through money as the substrate of the exchange, but in practices, desires and drives that do not enter domestic and normative heterosexuality and, sometimes, can only be satisfied in the spaces of urban and paid sexual exchanges, such as fetishistic practices and generational crossovers. I analyze how sex workers transform spaces into erotic topographies, appropriate the city and move through it in spheres that subvert or incorporate models of gender and sexuality.

Keywords: Urban anthropology; gender; sexuality; prostitution; sex work.

¿Heterossexualidades disidentes? Economías sexuales urbanas en la prostitución femenina de São Paulo

RESUMEN

Este artículo propone examinar algunas posibles disidencias que las relaciones entre prostitutas y clientes masculinos pueden representar para la matriz heterosexual normativa. A través de un trabajo etnográfico en las calles y avenidas de São Paulo, examino cómo las economías sexuales urbanas de la prostitución femenina, aunque realizadas en complementariedad binaria entre hombres y mujeres cisgénero, desafían las concepciones de modelos ideales de sexualidad saludable. En sus intercambios, las operaciones de la diferencia se dan no sólo a través del dinero como base del intercambio, sino en prácticas, deseos y pulsiones que no entran en la heterosexualidad doméstica y normativa y, a veces, sólo pueden satisfacerse en los espacios de los intercambios sexuales urbanos y remunerados, como las prácticas fetichistas y los cruces generacionales. Analizo cómo las trabajadoras del sexo transforman los espacios en topografías eróticas, se apropian de la ciudad y se mueven por ella en ámbitos que subvierten o incorporan modelos de género y sexualidad.

Palabras clave: Antropología urbana; género; sexualidad; prostitución; trabajo sexual.

Introdução

As reflexões propostas neste artigo partem de pesquisas etnográficas realizadas em bairros da cidade de São Paulo de 2019 a 2024, durante minha pesquisa de iniciação científica e mestrado. Nelas, centrei-me em como mulheres cisgêneras¹ que trabalham como profissionais do sexo ocupam as ruas de bairros como o Butantã, na zona oeste, e a República, no centro da capital. Entendo a prostituição como uma série de serviços sexuais que são vendidos em troca de bens ou de valores monetários, geralmente em contratos efêmeros selados nas ruas (Gaspar, 1984). Como argumentam Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette (2017), trata-se de uma prática social situada, que assume significados diversos entre diferentes contextos e que, apesar de não ser criminalizada no ordenamento jurídico brasileiro, assume contornos de “semicriminalização”.

Algumas de minhas interlocutoras utilizam o termo *prostituta* para se descreverem, outras tomam dos termos *profissional do sexo* ou *garota de programa* para si — neste artigo, utilizo as expressões como intercambiáveis. A prostituição é um universo multissêmico, no qual algumas das mulheres a vivenciam como uma carreira para qual sentem vocação, outras a encaram como uma atividade momentânea, que gera renda, mas que pode ser abandonada em favor de outros planos.

Minha pesquisa etnográfica ocorre mediante a deriva por ruas e espaços de prostituição, na descoberta de territórios e suas particularidades — horários de movimento, locais de ocupação, tipos de frequentadores. Como afirma Nestor Perlongher (1987, p. 34), “não há melhor maneira de estudar o trottoir do que fazendo trottoir”. Nessas territorialidades, a reflexão etnográfica se desenvolve no caminhar, em que o conhecimento da cidade é um “conhecimento de percursos” (Silva, 2009). As interlocuções acontecem no movimento fugaz e efêmero da cidade, em esquinas que servem de cenário para interações eróticas, na frente de pequenos hotéis enquanto as mulheres observam atentamente os carros que circulam e que podem representar potenciais clientes.

¹ Ainda que mulheres trans e travestis coabitem os territórios de prostituição que estudei e também sejam parceiras de minhas pesquisas, o enfoque deste artigo é nas relações entre mulheres e homens cisgêneros que operam trocas sexuais como trabalhadoras e clientes e se identificam com o gênero binário que lhes foi atribuído no nascimento. Uma vez que cisgêneridade é uma categoria caráter analítica e não identitária ou êmica em meu campo, as mulheres e homens cis referidos no texto serão tratados apenas como *homens* e *mulheres*. A cisgêneridade enquanto marcador social é fruto da luta epistemológica de ativistas trans (Moir, 2017) para demarcar a artificialidade de gênero em corpos naturalizados como universais e pré-discursivos.

As mulheres com quem conversei na *pista*² têm entre dezoito e sessenta anos, pertencem a marcadores etários e raciais diversos e residem em diversos bairros e cidades da Região Metropolitana de São Paulo. Apesar da multiplicidade de vivências que as diferem, elas têm em comum o pertencimento a classes populares e a experiência prévia em trabalhos racializados e precarizados, muitas vezes em ocupações relacionadas ao cuidado e a atividades naturalizadas como femininas, como babás, cuidadoras de idosos e empregadas domésticas. Como argumenta Silvia Federici (2017), essas formas de trabalho integram um mesmo regime econômico que explora corpos femininos segundo uma lógica que naturaliza o cuidado, a satisfação sexual e a disponibilidade afetiva como obrigações pouco qualificadas e mal remuneradas. Nesse sentido, a prostituição não emerge como uma ruptura com a precarização capitalista, mas como mais uma de suas expressões possíveis, ainda que para muitas mulheres se apresente como uma alternativa mais viável diante das opções disponíveis no mercado de trabalho formal.

Mediante a prostituição, muitas profissionais do sexo puderam se libertar de jornadas de trabalho consideradas degradantes e mal remuneradas ou, ainda, contornaram o ócio forçado pelo desemprego do mercado de trabalho formal. Na venda de prazeres, encontraram meios mais rentáveis de trabalho, passaram a ter maior poder aquisitivo e também puderam agenciar melhor seu tempo para cuidar de seus filhos, muitas vezes como mães solo ou com pouco apoio paterno.

Dentro da maior metrópole da América Latina, ruas, avenidas e calçadas são transformadas em *pista* e apropriadas por essas mulheres como interstícios de prazer. São Paulo é habitada como um “lugar praticado” (De Certeau, 1994) pelas mulheres prostitutas em trânsitos e errâncias cotidianas que fazem da cidade não uma superfície fixa e estanque, mas um espaço vivo, matizado por cores, cheiros, sons e performances de sedução. Esquinas de mansões, pontos de ônibus, lojas fechadas após horário comercial, pequenos hotéis com letreiros luminosos e outros pontos são operadas em geografias do desejo, territorialidades que atraem homens em buscas de prazeres mediados pelo dinheiro.

As ruas ocupadas são espaços sociais polissêmicos, portadoras de significações sobrepostas, conflituosas e efêmeras. Como metrópole em mosaicos de existência compartilhada, a ocupação de espaços públicos para a venda de prazeres em São Paulo

² *Pista* é um termo êmico articulado pelas profissionais do sexo para descrever ruas, praças, parques ou outros espaços públicos que ocupam na cidade. Em tais espaços, performam feminilidades sedutoras e se posicionam em um regime de visibilidade, em *vitrine* para fisgar olhares e atrair potenciais clientes. Esse, outros termos êmicos e as categorias pelas quais as mulheres se autoclassificam racialmente são citados em itálico.

pode ser pensada como parte de uma “guerra de lugares” (Arantes, 1994). Territórios, como o Butantã, no pôr do sol, abrigam simultaneamente trabalhadoras sexuais com decotes e minissaias nas ruas, crianças que saem da escola acompanhadas por adultos e executivos de terno e gravata que entram em multinacionais. Em espaços nos quais estruturas são confrontadas e dissolvidas, a figura da mulher prostituta é geralmente vista como um problema de ordem pública a qual clama-se por distanciamento espacial e segregação urbana. No entanto, as mulheres prostitutas não assumem a posição de sujeitas sem agência. Junto às forças que limitam os seus direitos à cidade, estão a ocupação da metrópole como um espaço itinerante e outros processos multifacetados de resistência e negociação (Feldman, 1989).

Em espaços públicos, as mulheres prostitutas vendem para homens serviços sexuais e de cuidado que são socialmente atribuídos à figura da esposa no espaço doméstico, mas só o fazem em contratos efêmeros e baseados em compensações financeiras. Dentro do polissêmico universo das trocas sexuais e da miríade de corpos que estão em contato com esses particulares usos do corpo, este artigo propõe refletir acerca das possíveis dissidências que as relações entre garotas de programa e seus clientes podem representar à matriz heterossexual normativa.

Para tanto, reflito acerca dos panoramas biopolíticos da sexualidade no Brasil contemporâneo, partindo de uma tensão central: se, por um lado, a prostituição feminina pode operar deslocamentos e dissidências em relação à heterossexualidade normativa centrada no casamento, por outro, ela também se inscreve no interior do sistema sexo-gênero (Rubin, 2017), sustentando e reorganizando certas de suas dinâmicas. As trocas sexuais que analiso não se apresentam como homoeróticas, bissexuais ou conduzidas por pessoas trans, como retrata grande parte da literatura que aborda dissidências afetivo-sexuais³. Em vez disso, proponho pensarmos em como homens e mulheres cis, que constituem a complementaridade do sistema sexo-gênero e a naturalidade das normas discursivas, podem também tecer relações desviantes, num esforço de dar nuances a heterossexualidade e de entender os múltiplos meios por quais normas são vividas e incorporadas.

Em suas trocas, as operações de diferença são dadas não apenas mediante o dinheiro como sustentáculo da troca, mas em práticas, desejos e pulsões que não adentram

³ Acerca de produções acadêmicas sobre dissidências afetivo-sexuais relacionadas à antropologia, podemos pensar em temas como trocas sexuais mediadas por dinheiro entre homens (Perlongher, 1987), prostituição de travestis e mulheres trans (Kulick, 2008; Pelúcio, 2005), encontros homossexuais masculinos em clubes de sexo (Braz, 2009) ou em espaços públicos (Oliveira & Nascimento, 2015).

a heterossexualidade dominante e, por vezes, podem ser saciadas apenas nos espaços de trocas sexuais urbanas e remuneradas. Além de mediadas pelo dinheiro, as trocas sexuais narradas pelas mulheres prostitutas envolvem espaços públicos da cidade como palco de negociação, são de arranjos contratuais fugazes, lidos como promíscuos por não necessitar de nuances emocionais e operados por corpos em cruzamentos geracionais e adeptos de práticas fetichistas.

Opto por empregar a noção de heterossexualidades no plural não como um gesto de restrição analítica, mas como uma estratégia para problematizar a heterossexualidade enquanto regime normativo. Assim como noções como cisgeneridade⁴ ou branquitude⁵ vêm sendo mobilizadas para tornar visíveis categorias historicamente tratadas como naturais, universais e não-marcadas, interessa-me deslocar a heterossexualidade de seu estatuto de evidência. Examinando como práticas, desejos e performances produzidos no interior de relações entre homens e mulheres cisgêneros — frequentemente tomadas como o núcleo da normalidade sexual — também podem operar deslocamentos, ambiguidades e fraturas. Falar em heterossexualidades dissidentes permite, assim, evidenciar variações internas, limites e contradições da heterossexualidade, especialmente quando articulada às economias sexuais urbanas e às trocas mediadas pelo dinheiro.

Desse modo, as trocas sexuais que analiso podem ser vistas como dissidentes por estarem desalinhadas do modelo ideal de sexualidade saudável, não porque se opõem frontalmente à heterossexualidade normativa, mas porque a atravessam de maneira ambígua, ao mesmo tempo em que a tensionam e a reproduzem. Se, por um lado, esses encontros se afastam do ideal de sexualidade saudável — duradoura, doméstica e desprovida de compensações monetárias explícitas, como as operantes nas heterossexualidades normativas das famílias que habitam os bairros ocupados pelas mulheres prostitutas —, por outro, operam como exterioridades necessárias à manutenção da ordem conjugal, absorvendo desejos, práticas e pulsões que não encontram lugar legítimo no casamento. Nas próximas seções, analiso como as trocas sexuais entre mulheres prostitutas e seus clientes interseccionam o que é considerada como uma má sexualidade, posta aos limites e dissidências do erotismo.

⁴ Ver: Vergueiro, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (mestrado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

⁵ Ver: Bento, Maria Aparecida. Branqueamentos e branquitude no Brasil. In: Carone, Iray. Bento, Maria Aparecida. Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

O bom sexo, o mau sexo

Nas esquinas e calçadas de mansões, nas empresas e nos estabelecimentos comerciais encontram-se mulheres que observam a passagem de carros na espreita por homens aos quais possam vender prazer. Em troca de certa quantia de reais por hora, elas vendem amores e prazeres efêmeros, fugazes como a paisagem urbana e em contratos de curta validade.

Uma delas é Cassandra⁶, uma mulher *branca* de cerca de sessenta anos que veio da Bahia para São Paulo e está no Butantã desde o fim dos anos 1980. Quando decidiu fazer seus primeiros programas, Cassandra buscava se divorciar de um marido agressivo e conquistar uma oportunidade na metrópole, até então estranha, para obter autonomia financeira e criar seus sete filhos sozinha. Sem muita instrução, teve dificuldade em encontrar empregos de boa remuneração na cidade, mas logo percebeu que poderia transformar em carreira algo que já conhecia como uma obrigação dentro de seu casamento: a capacidade de gerar prazer. Acostumada a ser chamada de *vagabunda* por um marido possessivo, antes mesmo de cogitar se tornar uma profissional do sexo Cassandra decidiu prová-lo que “*vagabundas também ganham dinheiro*”. E assim fez. Décadas passaram e, mediante o trabalho sexual, ela criou os filhos sozinha, comprou uma casa e envelheceu com a paisagem urbana, persistindo na ocupação das mesmas ruas que, décadas atrás, a possibilitaram um outro meio de vida.

Em uma das últimas vezes que encontrei Cassandra, ela compartilhava cerveja com colegas de profissão sentada em uma esquina de luz pairante. A prostituição perdeu protagonismo em sua vida e já não é mais sua única forma de renda, mas ela continua a ocupar o bairro quando pode para cultivar laços de sociabilidade e lucrar com pequenos

⁶Em meu campo, ainda que grande parte das mulheres possuam *nomes de guerra* — outras identidades nas quais se apresentam nos territórios de prostituição —, optei por trocar seus nomes por pseudônimos no propósito de proteger suas intimidades e fazer com que essas permaneçam anônimas. Além de seus nomes, algumas histórias e trajetórias projetadas são combinadas entre si e reorganizadas no exercício narrativo e de ficção do texto etnográfico (Geertz, 2003). Como discute Cláudia Fonseca (2008), o anonimato não é apenas um recurso técnico de proteção, mas uma decisão ética e política que organiza o modo como tornamos certos sujeitos visíveis e outros invisíveis na escrita antropológica. Alterar nomes, suturar trajetórias e embaralhar detalhes não elimina as relações que constituíram o campo, mas produz um modo de narrá-lo atento às assimetrias de poder, às condições de vulnerabilidade e ao cuidado necessário para que a publicação do texto não reverbere violências ou estigmas sobre aquelas que me receberam em suas rotinas. Nesse sentido, o anonimato opera menos como ocultamento e mais como parte da ética de implicação que atravessa toda a etnografia.

serviços que possa oferecer. Um de seus clientes fixos havia acabado de passar por ali, um homem *branco galego* e casado, alguns anos mais novo que ela. Enquanto o carro dele passa, Cassandra me mostra um tubo de lubrificante de embalagem roxa e ponta convexa guardado em sua bolsa. Ela transforma o tubo em uma prótese fálica e gera prazer para homens como aquele, que a procuram nas ruas para serem penetrados. Aos risos, ela questiona: “*vai ver se ele pede isso para a esposa dele?*”.

Cassandra é uma, entre muitas mulheres, que romperam com o estatuto do sexo como força não-remunerada e circunscrita no seio do espaço doméstico e passaram a vendê-lo como um serviço nas ruas. Em troca de uma certa quantia de reais por hora, essas mulheres proporcionam orgasmos e prazeres, tornam-se parceiras de escuta, versadas nas artes do corpo ou companheiras em antídoto à solidão. Elas reconfiguram o prazer e o cuidado, naturalizados como obrigações femininas em carreiras, mas só o fazem quando recompensadas.

No interior da ordem social capitalista, de origem europeia e exportada como força colonial, a capacidade de gerar prazer foi preterida do que se qualifica como força de trabalho e o sexo restrito à alocação privada da improdutividade. Feministas anticapitalistas, como Silvia Federici (2017), argumentam que a apropriação do corpo e do trabalho femininos foram cruciais para a emergência do capitalismo. A naturalização do trabalho sexual, doméstico e reprodutivo como obrigações naturais das mulheres constituiria, assim, a apropriação primitiva necessária para uma nova ordem econômica e social que necessita de procriação e mão-de-obra. Consequente à centralidade da monogamia matrimonial que expulsou mulheres do espaço público, a venda de prazeres foi ordenada como marginal e transgressora. As teorias do feminismo socialista revelaram como trocas aparentemente gratuitas e não-remuneradas estão profundamente imbricadas nas dinâmicas de funcionamento do capitalismo, de modo que, para as mulheres, sexo sempre foi trabalho.

Nas dinâmicas biopolíticas do Brasil contemporâneo, o sexo continua a ser negado do estatuto de labor e construído como exterior às relações econômicas - dado por “amor” ou “obrigação”. Desde 2002, o reconhecimento da categoria “profissional do sexo” na Classificação Brasileira de Ocupações formaliza, ainda que parcialmente, esse trabalho como uma forma legítima de atividade econômica. Todavia, como Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette (2017) aludem, a prostituição continua a ser operada como uma

ocupação “semicriminosa”⁷, estigmatizada socialmente e qualitativamente diferenciada da percepção coletiva que outras carreiras que utilizam do corpo para fins monetários possuem. Sua “semicriminalidade” se configura no modo em que a prestação de serviços sexuais não configura em si um crime, mas que vínculos empregatícios e bordéis ocorram de forma clandestina e sujeita a implicações legais. Em minhas pesquisas, convivi junto profissionais do sexo que agenciam os próprios serviços sexuais em ruas e avenidas de São Paulo, num trabalho que apesar de reconhecido pelo Estado, sofre contínuas tentativas de criminalização mediante projetos de lei que buscam ejetar suas presenças nas cidades⁸.

Ainda que nas mais recentes dinâmicas de trabalho os ofícios da esposa, do lar e do "feminino" passem a ser gradativamente formalizados e comodificados, visto a proletarização das empregadas domésticas, os trabalhos sexuais e afetivos continuam a ser entendidos como não-trabalhos, que carecem de valor e preço e devem ser doados afetivamente no interior do lar doméstico. Compartilhamos uma crença generalizada de que o dinheiro contamina a intimidade (Zelizer, 2009) e que a racionalidade econômica e os sentimentos eróticos deveriam ser postos em esferas antagônicas.

Por efeito, podemos debater que um modelo de sexualidade ideal é dado não somente por homens e mulheres dentro da matriz heterossexual, mas também na ausência de prestações monetárias específicas entre suas partes. Por matriz heterossexual, entendo o que Judith Butler (2003) denomina como o mecanismo pelo qual gênero passa a ter inteligibilidade cultural em uma relação binária, segundo a oposição entre homens e mulheres que consolida tais termos e a regulação de corpos e desejos mediante a mimética entre gênero e sexo. A ação do gênero é assim entendida como uma força performativa, que requer constante reencenações de discursos, convenções culturais e práticas institucionais até o patamar que a heterossexualidade é assimilada como natural justamente em virtude do caráter coercitivo de seus códigos⁹. Para Gayle Rubin (2017), que aponta a existência de um “sistema sexo-gênero”, a sexualidade humana é transformada em um artefato pela sociedade que a constitui. A sexualidade de cada indivíduo seria, assim,

⁷ Ainda que a prestação de serviços sexuais não configure em si um crime, os artigos 228 e 229 do Código Penal Brasileiro punem o “agenciamento da prostituição na facilitação e indução ao meretrício”, o que faz que bordéis e casas de prostituição funcionem clandestinamente.

⁸ Um exemplo é o Projeto de Lei 778, proposto em 2025 pelo Deputado Federal Kim Kataguiri (União), que propõe prisão de até três meses para pessoas flagradas em vias públicas oferecendo serviços sexuais.

⁹ Os escritos sobre a heterossexualidade como instituição social possuem alinhamento histórico aos feminismos lésbicos. Autoras como Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig (1992) apontam o modelo de atração pelo gênero binário oposto e dito complementar como um artifício de opressão naturalizado, uma instituição política compulsória, que retira poder das mulheres e não permite racionalidades além de sua normatividade contratual.

domesticada pelos sistemas culturais de parentesco, de modo que a instituição do desejo heterossexual é compulsória, organiza a identidade de gênero e impõe que a sexualidade feminina deva atender aos desejos de outros.

Paul Preciado (2014) reitera o ritual de repetição como drama necessário para a ação do gênero e estende a teoria de Butler ao estágio de uma tecnologia não apenas teatral e discursiva, mas que atinge a materialidade molecular dos sujeitos na produção das ficções de masculino e feminino. Nessa perspectiva, a matriz heterossexual produz a divisão antagônica e complementar entre gêneros, estrutura a territorialização do corpo segundo a exploração da força sexual das mulheres e naturaliza o vínculo entre amor e sexo segundo a reinscrição da complementaridade entre os gêneros binários.

Em outra obra, Butler (2016) situa a heterossexualidade como princípio crucial à manutenção da economia política capitalista. Não apenas uma categoria de cunho meramente cultural, mas intimamente relacionada ao parentesco e a propagação da espécie que nutre a máquina capitalista dependente de mão-de-obra. Mais do que identificar a família como parte do modo de produção, torna-se necessário enfatizar como a produção de gênero e a regulação da sexualidade são partes constituintes das condições materiais da vida e intrínsecas à constituição da economia capitalista. Para a autora, a matriz heterossexual produz sexualidades abjetas que não possuem dinâmicas de sucessão material, pois estão marginalizadas no próprio cerne da divisão do trabalho capitalista.

Consequente, podemos questionar o caráter ambíguo das trocas realizadas na prostituição que, apesar de intercambiadas na normatividade da matriz heterossexual de gêneros cruzados, revertem as relações de produção capitalista ao venalizarem a força sexual. Em seu modelo concêntrico de sexualidades, Gayle Rubin (2006) defende que a dimensão erótica das relações sociais é firmada politicamente em um sistema hierárquico que possui como cerne de autenticidade a monogamia matrimonial e heterossexual, destinada a fins reprodutivos, operada por amor, duradoura e construída entre pessoas da mesma geração. Nos limites externos deste modelo estão relações que violam o dogma matrimonial de gêneros opostos, motivadas pela promiscuidade, pelo comércio, em ocupações públicas e segundo a utilização de objetos manufaturados.

Para Rubin, as mulheres prostitutas são parte das minorias sexuais, pois assim como lésbicas e sadomasoquistas, estão em contraposição ao "círculo encantado do sexo". Subculturas sexuais minoritárias são vítimas de cruzadas morais que classificam suas relações como repulsivas e absentes de nuances emocionais. As trabalhadoras sexuais violam as interdições culturais que proíbem a mescla de sexo e dinheiro fora do casamento

e, portanto, são periodicamente associadas a pânicos morais e campanhas de caça às bruxas. Mas como nos recorda Foucault (1999), o dispositivo discursivo, categoriza e regula a sexualidade, não é monolítico e opera apenas em vieses repressivos — o que nos leva a considerar as formas de agência operadas por minorias eróticas, como as mulheres prostitutas.

O dispositivo da sexualidade descrito por Foucault pode ser visto como uma série de técnicas, práticas, instituições e discursos empregadas pelos Estados modernos numa gestão calculista da vida e dos corpos das populações. No “antigo” regime da sexualidade, operante nos séculos XVIII e XIX, o desejo sexual é visto como instintivo e “as fronteiras entre o bom e o mau sexo eram, grosso modo, estabelecidas pelo caráter reprodutivo ou não das práticas sexuais” (Carrara, 2015, p. 327). Neste regime, a prática heterossexual e reprodutiva é vista como natural aos indivíduos e central ao destino de uma série de entidades ulteriores, como a “família”, a “raça” e a “nação”. Ainda que em tensionamentos, práticas como a homossexualidade, a prostituição, o aborto e o adultério eram condenados de forma conjunta pela moral cristã e pelos conhecimentos científicos seculares. A manutenção do casal heterossexual reprodutivo, com desejo na idade fértil, era um pressuposto de interesse público e moral, um discurso útil que canaliza a força sexual e relega o prazer como um mero resquício no circuito ergonômico entre trabalho e sexualidade (Preciado, 2014, p. 102).

Nessa perspectiva, mulheres prostitutas ameaçariam a estabilidade desse regime por canalizar a heterossexualidade a prazeres não reprodutivos. Nas políticas de urbanização de São Paulo que recluiram trabalhadoras sexuais em casas de confinamento sob vigilância médica, policial e estatal até a metade do século XX (Feldman, 1989; Patriarca, 2017), a prostituição foi encarada como um “mal necessário”. Nesse emblema, a prostituição se fazia necessária para satisfazer a lascívia masculina, mas deveria ser controlada para não promover fissuras na instituição da família heterossexual. A noção de complementaridade entre homem e mulher caminhava junto à dicotomia natureza e cultura ao afirmar que homens possuem desejos compulsivos por instinto e que mulheres prostitutas deveriam transitar por instituições para o resgate de suas habilidades naturalmente femininas, como o amor maternal (Angotti, 2011). Como contraponto à figura da mãe e esposa, heterossexual e fértil, a mulher prostituta deveria ser alvo de biopolíticas regulatórias que não ameaçassem à ordem econômica carente de trabalho reprodutivo. A marginalização dos meios de seu exercício deveria impedir que o trabalho sexual pago fosse uma possibilidade viável ante os papéis de mãe e esposa (Prada, 2018). Contudo, desde a década

de 1950, quando as zonas de confinamento da prostituição perderam força, novas fronteiras a sexualidade emergiram e seus limites foram transformados.

Uma conceitualização possível dos regimes de biopoder locais pode ser vista segundo a perspectiva de Sérgio Carrara (2015) na emergência de um novo regime de sexualidade. Para Carrara, esse novo regime coexiste com o antigo descrito por Foucault ao mesmo tempo em que fissa suas normatividades. Desse modo, o desejo sexual, antes centrado unicamente na família heterossexual em idade fértil que representa a nação, passa a tolerar a promoção de prazeres na autorrealização pessoal e consentida dos sujeitos, como casais homoafetivos. Na medida em que sexualidades dissidentes passam a ganhar espaço por direitos de cidadania, outras fronteiras de periculosidade sexual são desenhadas em fenômenos como a ausência de consentimento, a compulsão sexual e a promiscuidade. Maria Filomena Gregori (2014) também aponta para caminhos similares, em que os direitos e práticas dos erotismos contemporâneos são operados segundo a centralidade das noções de vulnerabilidade e consentimento. No atual paradigma, deslocamentos valorativos existem com disputas de significado das convenções sociais, seja na “maior liberação da expressão e da escolha sexual, ou numa direção inteiramente distinta, [n]a emergência de novas ansiedades relacionadas ao que se configura como limites aceitáveis indicando uma espécie de pânico sexual” (Gregori, 2014, p. 53).

Se, por um lado, a prostituição pode ser mais aceita na transformação dos prazeres como técnicas de si, por outro, pode ser capturada pelas novas fronteiras de perigo sexual. Nas dinâmicas contemporâneas, a prostituição parece não ser condenada apenas pela ruptura do ideal de coesão da família reprodutiva, mas passa a ser agregada à preocupação com a vulnerabilidade de mulheres que não têm qualquer agência sobre seus corpos, como defendem as feministas radicais¹⁰. Ou ainda, é agregada ao problema de que clientes e prostitutas cultivam relações sexuais "socialmente estéreis", em que trocam vínculos instáveis e dados no descontrole de si. Por velhos e novos paradigmas, a prostituição continua a ocupar uma posição no mínimo emblemática nos parâmetros do “bom sexo”.

¹⁰O feminismo radical constitui uma corrente do pensamento feminista que emerge no final dos anos 1960 e compreende o patriarcado como um sistema estrutural de dominação masculina que atravessa as esferas políticas, econômicas e simbólicas da vida social (Vianna & Lowenkron, 2017). Em muitas de suas formulações, autoras vinculadas a essa perspectiva interpretam a prostituição como uma expressão central da exploração sexual das mulheres, de modo que a troca de sexo por dinheiro é considerada incompatível com os ideais de emancipação feminina. Feministas anticapitalistas, como Silvia Federici (2017), e putafeministas, como Monique Prada (2018), contestam tais visões ao reconhecerem a prostituição como um trabalho.

Apontar a heterossexualidade como uma instituição social que normaliza as práticas sociais e chefia a inteligibilidade de sujeitos e ações nos ajuda a compreender as práticas que devem ser feitas e refeitas na concepção de um modelo de “bom sexo”. Entretanto, para Butler (2003), o ato reiterativo que perpetua normas não é idôneo. A repetição é sempre sujeita a falhas de corpos que nunca reproduzem em integridade as normas e que nunca se adequam plenamente à ideia de permanência, apesar de continuarem regulados pela matriz. A heterossexualidade, ainda que normativa e operada em modelos hegemônicos, não possui um modelo universal e estanque — cada uma de suas formações carrega consigo a possibilidade de fissuras e desmoronamentos. Silvana Nascimento (2012, 2022), questiona a possibilidade para brechas e diversificações no interior da matriz:

Para Butler, a ideia da performance de gênero propõe uma relação crítica com as normas sociais e permite desfazer o estatuto essencialista da identidade de gênero. [...] Dentro dessas reconstruções, seria possível imaginar corpos e performances de gênero dissidentes dentro da matriz heterossexual? Ou a ampliação da concepção de humanidade e das construções coletivas de gênero deve implodi-la? De um lado, não há apenas um único modelo de heterossexualidade e há outros fatores que interferem na sua imposição como forma hegemônica como relações familiares, diferenças geracionais, étnicas, de classe, de estilos de vida e de valores, diferenças territoriais, espaços urbanos ou rurais, etc. Dessa forma, deve haver brechas para que a heteronormatividade dialogue com modelos alternativos de sexualidade (Nascimento, 2012, p. 396).

Mediante experiências etnográficas e locais, meu objetivo é descrever as trocas sexuais da prostituição como possíveis dissidências dentro da matriz heterossexual. Se, por um lado, a forma de sexo comercial que analiso é realizada por homens e mulheres cisgêneros, na complementaridade binária de gêneros, por outro, essas trocas envolvem espaços não-domésticos, práticas fetichistas e não reprodutivas, e estão em contraposição à normatividade capitalista de que o sexo não deve ter preço. Sigo a proposta de Saba Mahmood (2019) em pensar que normas não são apenas imposições sociais externas, mas constituem a substância de sujeitos — vividas, incorporadas e consumadas em modos múltiplos.

As mulheres prostitutas possuem experiências profusas além do binômio de consolidação ou subversão das normas. Simultaneamente ao agenciamento de prazeres dissidentes, comercializados nas ruas, podem cultivar relações outras em espaços domésticos, por “amor” ou “obrigação” com maridos e namorados. Elas transitam pelas normas e pelas cidades, vivenciam a heterossexualidade de formas múltiplas, em territorializações do corpo que operam o que fazem por amor ou dinheiro. Suas derivas,

ora as aproximam do “bom”, ora do “mau sexo”, em práticas e espacialidades que atravessam as normas e, também, as desviam.

Topografias Eróticas

A vida de Cassandra passou por drásticas transformações quando ela começou a fazer programas, não apenas porque adotou uma nova carreira, mas também porque passou a ocupar a cidade e a se apropriar de espaços públicos. Há trinta anos, quando o Butantã ainda não possuía uma estação de metrô, as únicas chances que teria em transitar por um bairro de classe média, nos arredores da Universidade de São Paulo, seriam no papel de trabalhadora de estabelecimentos comerciais ou como empregada doméstica para as famílias que habitam os casarões. Ainda assim, nesses contextos de trabalho mal remunerado, sua presença na cidade continuaria cerceada aos espaços fechados dos quais desejava se libertar.

Aliado ao desejo material de sobrevivência de si e dos filhos, Cassandra encontrou na prostituição uma via de entrada para uma vida abundante, de experiências múltiplas. No leque de possibilidades que se abriam, ela estaria livre do relacionamento violento com o ex-marido e longe da rotina como esposa que considerava monótona. Seria cobiçada por muitos homens, poderia agenciar melhor seu tempo fora das rotinas de trabalho que já conhecera e explorar a grande metrópole para qual havia migrado em busca de uma vida melhor. As possibilidades que se revelavam com o trabalho sexual urbano, contudo, lhe traria alguns contratempos, como o estigma e a violência policial. No bairro em que moravam, o ofício deveria permanecer em segredo para que ela e seus filhos não sofressem discriminação. Nas ruas que ocupava, as leis contra “vadiagem” que perseguiram prostitutas cis e trans a levaram para a delegacia muitas vezes. Ela foi presa antes mesmo de *querer ser puta* por visitar uma amiga numa rua do Butantã, por ser uma mulher que caminhava pelas ruas da cidade à noite.

Cassandra passou a ter relações sexuais com diversos homens e a aprender técnicas de prazer que provavelmente não teria descoberto nos corredores do lar matrimonial, erotismos capilarizados pela cidade. Hoje, ela perdeu o interesse em mais relacionamentos duradouros e na busca de prazer fora da prostituição, seus contatos de amor e erotismo são momentâneos, fugazes como o movimento da cidade e estabelecidos em trocas recíprocas. Nem mesmo as duas vezes em que engravidou de clientes tornaram o viés de uma relação estável e mediada pela paternidade de seus filhos uma possibilidade atrativa.

Embora seja uma mulher heterossexual, suas expressões de gênero e prazer fogem do “bom sexo”, escapam da monogamia doméstica e ocupam a cidade, em contratos de amor fugaz, práticas fetichistas e cruzamentos geracionais, como na última vez que ficou grávida de um cliente décadas mais jovem.

Algumas dessas mulheres possuem maridos ou namorados e conciliam o trabalho pago nas ruas com relações gratuitas por amor nos lares, de forma que o trabalho sexual precificado é dado em relação paralela a um espaço doméstico de serviços não pagos. É o caso de Vanessa, uma mulher *negra* de vinte e oito anos que tem relações sexuais por “amor” com o namorado e por dinheiro com os clientes. Quando começou a carreira como garota de programa, ela buscava uma renda para pagar os últimos semestres da faculdade de psicologia e mantinha o ofício em segredo por temer uma reação explosiva do namorado. Hoje, após alguns anos de profissão, a carreira como profissional do sexo não é mais um segredo - é uma parte de sua vida operada em comum acordo de quais prazeres são exclusivos do namorado e quais podem ser comercializados nas ruas.

Outras mulheres, em contraste, recusam a prática de relações sexuais não-remuneradas e não estabelecem relações sexuais com homens fora da prostituição — cultivam laços de afeto e prazer somente nos territórios de prostituição em contatos casuais, passageiros e necessariamente estabelecidos em troca de dinheiro, mesmo com a implicação de prazer. Apesar de Rita, uma mulher *branca* de cinquenta e cinco anos, apreciar os momentos eróticos que possui com alguns clientes, ela rejeita quaisquer propostas que tentem seduzi-la para relacionamentos duradouros, no qual o sexo deixa de ser precificado, e afirma-se como uma mulher de *muitos homens*, presente na deriva urbana em antítese à monogamia doméstica. Após vinte anos de trabalho nas ruas, a demanda por seus serviços diminuiu e ela não conquista os mesmos rendimentos de suas colegas mais jovens. Ainda assim, não pretende abandonar a prostituição por outras ocupações. Rita despreza a ideia de se dedicar unicamente a *ofícios de dona de casa*, de passar seus dias dedicada a serviços domésticos e ao que chama *serviços de mulher*, como o trabalho à frente de fogões ou máquinas de costura. Ela é uma mulher antidomesticidade, que despreza o doméstico e a ideia de permanecer confinada em um lar como empregada ou esposa e vive em contraposição a tais espaços, no trânsito citadino e nas esquinas de mercados do sexo. Ela rejeita também a ideia de voltar a trabalhar em boates, privês e clínicas de massagem, onde ficava a maior parte do tempo trancada e seus lucros eram taxados por cafetões.

Cassandra, Vanessa e Rita são algumas das mulheres que habitam a cidade de São Paulo e constroem nela geografias do desejo, experiências eróticas territorializadas que

fogem da normatividade de que o sexo seja uma força privada e não remunerada. São “mulheres do asfalto” (Despentes, 2016), que transformam o relevo urbano em topografias eróticas, fundadas no desejo e na sedução. Transitam pela cidade, por vezes, em ocupações que as aproximam de heterossexualidades normativas, do “bom sexo” e do “bom gênero”, no cuidado de familiares, na execução de prazeres por “amor” e “obrigação”, nas identidades públicas e não desviantes. Por outras, em usos do corpo que as aproximam com heterossexualidades dissidentes, nas fronteiras do erotismo e na subversão da economia, onde adotam novos nomes, se apropriam de diferentes espaços e transformam amor e prazer em trocas mediadas pelo dinheiro.

Essas mulheres percorrem a cidade em diferentes ofícios, ocupam espaços múltiplos e neles assumem diferentes representações, transitam tanto em diferentes representações de si e quanto em diferentes usos e expressões do corpo. Tal como argumenta Claudia Fonseca (1996), a prostituição raramente esgota suas identidades sociais, compondo uma “dupla carreira” que articula o trabalho sexual a outras posições, vínculos e responsabilidades. Até às ruas do Butantã e da República, trabalhadoras sexuais se deslocam de bairros afastados e de cidades da área metropolitana da cidade — elas vêm da Zona Norte e da Sul, de cidades como Osasco e Taboão da Serra e chegam a tomar mais de dois ônibus na realização de seus trajetos. Nos bairros onde moram e podem trabalhar em ofícios paralelos à prostituição, parecem cultivar uma identidade que classificam como mais autêntica e de maior validade. Neles, utilizam dos nomes atribuídos no nascimento, cultivam relações familiares, podem ter parceiros sexuais e afetivos em relacionamentos não comerciais, realizam trabalho sexual não-pago e performam uma feminilidade que procura seduzir apenas em momentos ímpares, vestem roupas velhas para realizar serviços domésticos, usam pouca ou nenhuma maquiagem, evitam saltos altos e podem performar a feminilidade recatada de uma mulher religiosa ou uma feminilidade masculinizada, com cabelos presos e roupas largas que não realçam as curvas do corpo.

Nessa perspectiva, a prostituição pode ser pensada como um trabalho dramatizado, uma performance visual, simbólica e corpórea que só ocorre em determinadas horas do dia e em espaços delimitados da cidade de São Paulo. Em contraste com a identidade cotidiana, nos territórios do mercado do sexo evoca-se uma nova representação de si, na qual utiliza-se um pseudônimo, um *nome de guerra* que encobre o nome ou apelido utilizado em outros espaços da cidade, tanto para proteger-se do estigma que a identidade *puta* traria para outras relações a qual permanece um segredo, quanto para proteger-se de clientes, que poderiam tentar atravessar os limites impostos nas relações contratuais dos programas, e de policiais que possam trazer problemas.

Se ser uma trabalhadora sexual é encenar um ato no qual a audiência está pagando (Murray, 1995, p. 60), essencial a essa dramatização são suas performances de gênero, na interpretação da puta como uma mulher desejável e que atrai olhares para si. Nas ruas e nas casas em que trabalham, as mulheres prostitutas constroem em seus corpos símbolos de sensualidade, códigos que despertam prazer e podem ser negociados pelo valor de seus cachês. Não se utiliza roupas largas e que disfarçam os corpos curvilíneos, depilam-se as pernas e axilas, ainda que homens possam desejar pelos na vagina, cultiva-se cabelos longos e geralmente soltos. A feminilidade é operada quase como regra no uso de maquiagem. Utilizam-se também de perfumes, unhas pintadas, saltos e roupas que valorizem o corpo, isto é, demarquem curvas e divulguem seus atributos, como blusas decotadas, *leggings* coladas ao bumbum, shortinhos que mostrem as coxas e meias-calças que escondem as imperfeições da pele que encena sedução. Operam “códigos-território” (Perlongher, 1987) que simbolizam como se relacionam com o espaço urbano ao seu redor e como o transformam em um equipamento para economias sexuais.

Contrário ao pressuposto que cristaliza as garotas de programa a suas relações sexuais, torna-se necessário apresentar mais de uma dimensão de suas vidas e trajetórias, nas quais ser prostituta é apenas uma de suas carreiras diárias — a mulher prostituta é também mãe e esposa, “membros de redes sociais e universos simbólicos que vão bem além do metiê” (Fonseca, 1996, p. 8). Claudia Fonseca apresenta tais mulheres como amigas e mães antes de profissionais do sexo, na recusa do essencialismo da “eterna prostituta” na qual a vida gira em torno do prazer e das dissoluções morais.

Ainda que tais mulheres façam esforços para separar suas vidas íntimas das carreiras como profissionais nas ruas, tais esferas não são dadas em antítese, mas em “boas combinações” (Zelizer, 2009), nas quais a trajetória como mães e donas de casa emergem no asfalto como razões que para continuarem a ocupar a cidade. As mulheres prostitutas combinam formas de ação territorializadas, em que experienciam, entram e saem das normas em diferentes formas de apresentação de si e de errância pelo espaço urbano. Nessas formas de familismo matrifocal propensas a sociabilidades alargadas na metrópole (Agier, 2015), o sustento de crianças propulsiona a apropriação de espaços públicos da cidade, lugares que permanecem em contínua ocupação mesmo após sua progênie ter atingido a maturidade — por razões materiais e de sociabilidade, tais mulheres envelhecem junto à paisagem urbana.

Quando mulheres como Rita e Cassandra envelhecem ocupando territórios de prostituição, o tempo também se mostra regulado pelas hierarquias do “bom sexo” e pela

heterossexualidade normativa. Ambas se recusam a abandonar as ruas que habitam há décadas e seguem negociando prazeres mesmo não sendo mais jovens, em mercados que valorizam a jovialidade. Suas trajetórias destoam da cronologia que associa juventude feminina a casamento e maternidade e que tende a dessexualizar corpos à medida que envelhecem.

Mesmo após migrar para um emprego formal e se aposentar da carreira como *garota de programa*, Cassandra continua a se afirmar *puta* e a negociar encontros quando pode — tanto pelo desejo de ser vista e tocada quanto pela renda complementar que esses programas proporcionam. Depois de romper seu primeiro e único casamento, não voltou a cogitar ser *mulher de um só homem* e hoje dispõe de mais tempo para si mesma, com filhos adultos e já criados. Rita, por sua vez, nunca casou nem teve filhos. Seus momentos de intimidade são cobrados por minuto, e seus deslocamentos pela cidade diferem daqueles de colegas que acumulam a “dupla carreira” do cuidado não remunerado com maridos, pais ou filhos. Sem vínculos conjugais ou responsabilidades maternas, todo o cuidado que opera é pago, e sua trajetória escapa aos destinos de gênero que naturalizam às mulheres os papéis de esposa e mãe.

Nos circuitos da prostituição, o “bom sexo” permanece silenciosamente atrelado à juventude e ao frescor corporal. Corpos marcados pelo tempo tendem a ser menos procurados e mais facilmente lidos como deslocados. Como observa Claudia Fonseca (1996), a expressão “puta velha” soa como um oxímoro no senso comum, como se a permanência do erotismo em um corpo envelhecido anulasse o próprio significado da prostituição. Mulheres mais velhas podem passar horas à espera de clientes, e o habitar das ruas se torna mais árduo diante da concorrência de corpos mais jovens. Foi essa dinâmica que levou Cassandra a buscar um emprego formal e Rita a cogitar o mesmo — ainda que continue a ocupar as ruas do Butantã quase todos os dias pelas últimas três décadas. Elas continuam a habitar a cidade, mesmo quando a própria legitimidade como sujeito de desejo pareça estar em risco.

O espaço público urbano, por vezes de bairros nobres, é, assim, apropriado por mulheres de classes populares de diversos marcadores etários e raciais. Nessa apropriação, seus artefatos de heterossexualidade hegemônica veiculados ao matrimônio e naturalizados em repetição (Bell & Valentine, 1995) são desestabilizados pela presença de corpos de mulheres que cobram pelo sexo e reivindicam espaços da cidade onde não lhes foi dado o direito de circular. Uma vez que a cidade é palco para a produção pública de heterossexualidades dominantes (não-pagas e duradouras) e para meios de

disciplinarização dos modos de ser "feminino" e "masculino", as ocupações que prostitutas fazem de bairros residenciais, onde a sexualidade dominante é a matrimonial não-remunerada, parecem desestabilizar parcialmente o caráter de tais territórios e posicioná-las como corpos dissidentes a qual se deseja segregação espacial (Caldeira, 2000). As mulheres prostitutas que habitam São Paulo convivem com a gestão de fronteiras urbanas, materializadas em portões e grades que cercam o espaço público e limitam suas possibilidades de itinerância por ruas e calçadas, tal como observado no bairro do Butantã. Tais formas de segregação limitam também as rotas de encontro que clientes percorrem até essas mulheres, em medidas que alteram vias de circulação para dificultar que carros cheguem a territórios do mercado do sexo.

Tais formas de controle que limitam o direito à cidade e empurram as mulheres prostitutas para fora do perímetro urbano são medidas que também buscam ejetar o desejo masculino das cidades. Subjacente aos discursos que posicionam a sexualidade como idealmente privada, na ideia que a cidade não deve ser erotizada, encontram-se táticas de urbanização que visam combater sexualidades periféricas e fora da instituição do casamento heterossexual (Duncan, 1996). O desejo bruto dos homens é deportado da cidade, a relação contratual em que a prostituta é paga por seus serviços em comparação com a esposa que os presta de forma gratuita é problematizada, provocam-se sentimento de culpa na sexualidade masculina ao evocar a imagem de que as mulheres prostitutas são vítimas de seus desejos, na mesma medida em que o contrato sexual do casamento não é naturalizado.

A cidade é, assim, palco para experiências sexuais abundantes, que não necessariamente possuem espaço dentro de dinâmicas domésticas. As mulheres prostitutas ocupam ruas de forma itinerante, em regimes de negociação e resistência às formas de poder que buscam controlar suas presenças. Elas imaginam a criação de outra vida, que não se contentam com o panorama de desordem que lhes fora imposto e buscam imaginar outra cidade, com beleza e experiências em abundância (Hartman, 2022). Nessa visão, os clientes também podem ser pensados da perspectiva de certas identidades dissidentes, como corpos marginais ambíguos, que visitam as ruas de prostituição em segredo, mas também ocupam espaços em que não estão inseridos como subversivos na cidade. Suas identidades também são flutuantes e variam de acordo com o espaço em que estão inseridos, uma vez que se movem entre esferas familiares e redes de fuga e desejo, em mecanismos que protegem suas identidades em anonimato similares aos operados pelas mulheres prostitutas.

Essa reflexão foi amplamente explorada por Néstor Perlongher (1987), que analisou os corpos que derivam pelos territórios dos mercados do sexo mais entrelaçados a marcadores transitórios do que a categorias herméticas. Perlongher revela como clientes e michês, que cruzam espaços dos mercados do sexo, transitam em categorias circulatorias, em fugas movediças e desejantes que enlaçam os corpos e os afastam da normatividade, mas que, de modo simultâneo, também os alinham em dispositivos de controle que neutralizam os perigos fugitivos sem que tais sujeitos estejam fixos em identidades estanques.

Na prostituição feminina de São Paulo, clientes e profissionais do sexo também parecem estar entrelaçados em linhas de fuga e inércia similares, em que desenham trajetórias errantes, que ora se cristalizam em sociabilidades normativas e ora as destroem em práticas desviantes. Nessa perspectiva, opto por empregar a noção de dissidência em vez de desvio não para refutar a tradição interacionista inaugurada por Howard Becker (2008), mas para operar em outro nível analítico. Para Becker, o desvio se constitui relacionalmente por meio de processos de rotulação que podem culminar na formação de carreiras desviantes, isto é, na estabilização de uma identidade pública e socialmente reconhecida como marginal. Em meu campo, entretanto, muitas das práticas observadas não produzem necessariamente rotulações públicas nem implicam a consolidação de identidades desviantes duráveis, permanecendo situadas, secretas ou estratégicas. Falar em dissidência permite, assim, apreender deslocamentos contextuais e ambivalências internas ao próprio regime heterossexual, sem pressupor a adesões duráveis, mas podem operar como deslocamentos situados no interior do próprio sistema sexo-gênero.

Homens transitam entre mulheres do asfalto em busca de cuidado, reconhecimento e prazer, compondo relações marcadas pela efemeridade, pela assimetria de expectativas e por formas específicas de consumo de afetos. Nos territórios da prostituição feminina em São Paulo, esse movimento se atualiza na presença recorrente de clientes que atravessam ruas e esquinas em anonimato, articulando desejos que escapam à domesticidade e encontram, na cidade erotizada, espaços possíveis de realização. Ao circular entre esposas, amantes e profissionais do sexo, esses homens não apenas consomem prazeres, mas produzem formas situadas de masculinidade, atravessadas por contratos tácitos de cuidado, silêncio e pagamento. De modo correlato, as mulheres que vendem serviços sexuais também se deslocam entre registros — entre a casa e a *pista* — compondo trajetórias que se fazem no trânsito entre mundos.

O que faço por amor, o que faço por dinheiro

Ao transformar um não-trabalho em carreira, é comum que as mulheres prostitutas erijam fronteiras de separação entre as relações afetivas e comerciais. Em sua etnografia da Rua Augusta no final dos anos 1990, Elisiane Pasini (2000) descreve como as garotas de programa operam territorializações simbólicas e corporais, no qual uma "boa garota de programa" é aquela que não se envolve emocionalmente com seus clientes, que não os beija na boca e impossibilita o cruzamento das fronteiras de intimidade reservadas às relações afetivas. Longe da imagem de que seriam mulheres sem agência, passivas e objetificadas ao desejo masculino, as profissionais do sexo comandam a conduta masculina e aceitam programas somente se seus possíveis clientes concedem a seus limites e valores.

Ao trocar de nome nas ruas e nos pontos, novas fronteiras corporais são traçadas. O corpo como meio de representação social é dividido em diferentes modos de interação, em distintas as formas de agenciar suas partes. A cidade pode ser pensada como um território cenográfico, no qual construções dramáticas são postas em ação (Simões, 2010). As mulheres prostitutas encarnam no cotidiano diferentes apresentações de si, no uso ativo de mecanismos de encobrimento do "eu" para a preservação da identidade e segregação das vidas familiar e profissional. Dentro dos mercados sexuais, essas mulheres criam novas identidades, são evocadas por outros nomes e performam feminilidades de sedução com cisões entre o que é feito por amor e o que é feito por dinheiro. Para parceiros afetivos, beija-se na boca e dispensa-se o uso de camisinhas. Para parceiros comerciais, códigos compartilhados regem o modelo de uma boa garota de programa, o que inclui que o preservativo seja indispensável e que beijos na boca sejam vetados.

As profissionais do sexo operam táticas de segregação entre práticas comerciais e íntimas, prazeres guardados em núcleos pouco tangíveis e prazeres disponíveis para oferta e demanda. Contudo, isso não significa dizer que tais fronteiras são impermeáveis e imunes à transgressão. As trocas sexuais são melhor descritas como economias que podem entrelaçar bens, afetos e laços de parentesco (Piscitelli, 2007) e não somente como relações comerciais ausentes de nuances emocionais. É assim que, limites corporais, a princípio rígidos, podem vir a sofrer instabilidades e rupturas. A interdição do sexo sem preservativo e do beijo na boca pode ser revogada caso um cliente ofereça uma contraprestação de valor oneroso pelas práticas, ou ainda, caso a profissional considere que o homem é atraente e que pode lhe oferecer prazer adicional à reciprocidade monetária.

Na instabilidade das fronteiras, parceiros comerciais podem se tornar parceiros

afetivos fixos, namorados ou maridos que deixam de pagar pelo sexo e não mais frequentam o espaço das ruas. Ainda que minhas interlocutoras não estejam inseridas em relações de migração, o casamento com clientes também se revela como uma possível alternativa de ascensão social. Depois de quinze anos ocupando a mesma esquina do Butantã, Tatiana, uma mulher *negra* de cerca de trinta anos, foi pedida em casamento por um de seus clientes fixos. O homem com quem se encontrava algumas vezes por mês, gradualmente, tornou-se seu marido, passando de um parceiro comercial efêmero para um parceiro afetivo duradouro. Ao deixar de pagar pelo sexo, seu marido não só expropriou para si a exclusividade do seu trabalho sexual, como também não permitia que Tatiana continuasse a frequentar os territórios de prostituição em que mantinha sociabilidades. Seu casamento significou o apagamento de sua ocupação urbana e essa foi a última vez que a vi no Butantã.

Em contraste às fronteiras rompidas pela miscelânea de dinheiro, afeto e prazer, estão práticas que dificilmente seriam feitas por “amor” e sem contraprestações financeiras. Serviços como o sexo sem preservativo com clientes fora de padrões de beleza e práticas fetichistas pelas quais não sentem prazer não seriam feitas sem intermédio do dinheiro. Tais práticas possuem maior valor simbólico na medida em que são territorializadas como limites do corpo e, portanto, só podem ser negociadas quando seu alto valor é condensado em uma precificação onerosa. São ofertas de prestígio e devem ser recompensadas como tal.

Redutos do desejo e da abjeção

Nas formas de heterossexualidade mediadas pelo dinheiro, as profissionais do sexo classificam seus clientes em categorias desejáveis, como *os bonitos*, e em marcadores de desprestígio, como *as mariconas*. No primeiro grupo, estão homens *bonitos*, *gostosos* e *generosos* que não tentam fazer pechincha de seus valores. Homens desejáveis são dotados de virilidade — para eles, fronteiras corporais podem ser cruzadas e práticas como beijo na boca e o sexo sem camisinha podem deixar de ser uma interdição. Em outras situações, são homens que poderiam se envolver sem o intermédio do dinheiro, pois além da retribuição monetária, oferecem prazer, especialmente para as mulheres que não conciliam outros relacionamentos fora da *pista* e rejeitam ofertas de prazer não precificado.

Os homens desejáveis podem possuir um padrão de beleza jovial aliado ao desejo por mulheres mais velhas. Suas práticas os aproximam do “mau sexo” na medida em que a heterossexualidade dominante é dada por pessoas de mesma faixa etária. Se, para Gayle Rubin (2017) nos anos 1980, o estrato mais baixo das hierarquias sexuais era ocupado por

aqueles que transgridem fronteiras geracionais e estão nas margens do sexo reprodutivo, hoje, a diferença etária entre duas pessoas que se relacionam é também apontada pelas novas fronteiras de periculosidade sexual como um sinal de vulnerabilidade e desnível de poder (Carrara, 2015). Nas economias sexuais urbanas, é muito comum que homens desejem consumir os serviços sexuais e a companhia de mulheres muito mais jovens, dotadas de padrões de beleza no qual não provavelmente não teriam acesso sem o intermédio do dinheiro. Também não é raro que o cruzamento geracional seja inverso e que homens mais novos se interessem por profissionais do sexo mais velhas — aos 60 anos, Cassandra atende homens que tem metade da sua idade e já engravidou duas vezes de clientes mais jovens.

Nas categorias de corpos indesejáveis pelas mulheres prostitutas encontram-se *os lixos, as mariconas* e aqueles que não são considerados *homens de verdade*. Os *lixos* são clientes que desejam programas por preços muito inferiores ao que as mulheres consideram justo. Homens que desvalorizam o valor de seus serviços e que violam o contrato de reciprocidade na recusa do pagamento pelo programa ou em tentativas de violência sexual e abuso. Para essas situações extremas, facas e canivetes ocupam as bolsas das profissionais ao lado de camisinhas e batons.

Mariconas são aqueles que podem ou não estar usando roupas femininas e que buscam por determinadas práticas dissidentes, como a *inversão*, na qual as profissionais penetram seus clientes com brinquedos sexuais. As práticas fetichistas geralmente encarecem o valor do programa, uma vez que grande parte das profissionais do sexo as descreve como indesejáveis. São atos que não seriam feitos por “amor”, tanto nas relações não-remuneradas que os clientes possuem, quanto nas relações não-comerciais que as mulheres prostitutas podem cultivar. Tais práticas revelam suas fronteiras de intimidade e como podem operar o sexo como uma técnica corporal destituída de prazer, um trabalho que independe de sua satisfação. Nesses casos, o desejo dos clientes e a oferta de serviços das mulheres parecem ser prestações agonísticas, uma disputa sobre a equivalência das intensidades pulsionais e das frações monetárias (Perlongher, 1987, p. 24).

Segundo os relatos que as profissionais narram de seus clientes, alguns dos homens que demandam suas ofertas são solitários, solteiros ou divorciados e acessam prazer e cuidado somente com elas e suas colegas, na prostituição por intermédio do dinheiro. Outros são casados e procuram por relações com outras mulheres, por vezes, no desejo por práticas que não podem pedir às suas esposas. Na medida em que a manutenção de uma identidade viril e heterossexual pressupõe a exclusão de certos órgãos do circuito de produção de prazer (Preciado, 2014), grande parte dos homens não pode demonstrar para

suas esposas que sentem prazer anal. É nas ruas de prostituição, sob a condição de clientes que pagam, que esses homens acessam práticas que suas esposas não podem lhes proporcionar. Talvez a principal delas seja a *inversão*, na qual pedem para ser penetrados com dedos e próteses penianas pelas garotas de programa. Tais prazeres, ainda que orientados na complementaridade entre homens e mulheres, pertencem a políticas do armário (Sedwig, 2007), a regimes de visibilidade e de revelação limitados.

Se essas práticas podem ser lidas como dissidentes em relação à heterossexualidade normativa, elas também evidenciam como a prostituição não se encontra fora do sistema sexo-gênero centrado no casamento, mas se articula a ele de modo ambíguo. Ao deslocar para fora do espaço doméstico desejos, práticas e fantasias consideradas impróprias à conjugalidade, as trocas sexuais mediadas pelo dinheiro podem também contribuir para a preservação do casamento como lugar do “bom sexo”, do amor legítimo e da reprodução moral da família. Nesse movimento, a prostituição não apenas absorve o que é interdito à vida conjugal, como também produz classificações, hierarquias e fronteiras morais próprias, nas quais certos desejos são valorizados, outros recusados, e determinadas práticas só se tornam possíveis mediante compensações monetárias específicas.

Essa ambiguidade não se restringe às mulheres prostitutas, mas atravessa também as experiências masculinas produzidas nesses encontros. Nos quartos de hotéis e motéis, muitos clientes passam a performar masculinidades que não podem ser expressas no espaço doméstico ou conjugal, desviando-se das expectativas de virilidade, autocontrole e domínio que estruturam o ideal do marido heterossexual. Com as prostitutas, alguns homens choram, solicitam cuidado, desejam vestir roupas associadas ao feminino, ser penetrados, humilhados ou colocados em posições de submissão — práticas que permanecem interditas no casamento e na vida pública. Diversas profissionais do sexo mencionam como o trabalho sexual requer que sejam parte atrizes, uma vez que simulam prazeres, mas também um pouco psicólogas, que escutam problemas e oferecem apoio sentimental. Em quartos de motel, as camas destinadas a práticas sexuais podem se tornar objetos cênicos de relaxamento e enunciação, assim como a presença de divãs em escritórios de psicanalistas. Tais encontros frequentemente envolvem formas de intimidade que extrapolam o erotismo genital, como escuta ativa, companhia contra a solidão, afeto corporal e conversas prolongadas, de modo que prostitutas se tornam “psicólogas do amor” (Souza, 1998) que escutam sem reprimir e que a intimidade se torna um bem de consumo comercializável.

Nesse sentido, os quartos de motel podem funcionar como espaços de cuidado e suspensão momentânea das normas de gênero, onde esses homens podem experimentar

outras formas de ser masculino, ainda que de modo circunscrito, pago e secreto. Não por acaso, algumas interlocutoras afirmam conhecer esses homens *melhor do que suas próprias esposas*, na medida em que acessam dimensões de desejo, vulnerabilidade e prazer que permanecem invisíveis nas relações conjugais. Essas masculinidades dissidentes, embora não rompam com a ordem heterossexual, a tensionam desde dentro, revelando como o sistema sexo-gênero é sustentado também por suas margens e zonas de exceção.

Mediante as trocas sexuais da prostituição, esse homens têm acesso a práticas sexuais que não teriam no espaço doméstico, sob o amor matrimonial: suas pulsões fogem do modelo de heterossexualidade hegemônica quando são mediadas pelo dinheiro e pelos prazeres fetichistas. A possibilidade de brechas e dissidências dentro da matriz heterossexual também pode ser pensada para as mulheres prostitutas que, por dinheiro, executam prazeres que não fariam com namorados de forma não-remunerada, em relações com homens que sequer consideram heterossexuais. Cassandra, Rita e muitas de suas colegas não consideram que os homens que pedem para ser penetrados sejam *machos* ou *homens de verdade*, são *mariconas*, ainda que sua sexualidade seja orientada por mulheres, numa matriz binária e complementar de desejo.

Podemos pensar em fissuras na matriz heterossexual de desejo quando as mulheres prostitutas interpretam como gays os homens que desejam ser sexualmente passivos, homens que “*viram mulher na hora H*” e se opõem aos marcadores de desejabilidade dos *bonitos* e *gostosos*. Para elas, a presença de um pênis não é suficiente para definir um corpo masculino como um homem, sua masculinidade precisa ser construída na cama e em comportamentos sexuais apropriados. Essa concepção de sexualidade se aproxima da observada por Don Kulick (2008, p. 138), em sua etnografia com travestis que se prostituíam anos 1990 em Salvador. Kulick descreve que o sistema sexo-gênero operado por elas não assume uma correspondência natural entre genitália e gênero, mas depende das dinâmicas de desejo cruzado, nas quais um homem que tenha pênis deixa de ser um *homem de verdade* quando demonstra interesse pelo pênis de outros homens e partilha os mesmos desejos sexuais das travestis.

Para as mulheres cis de São Paulo com quem conversei em campo, a presença de um pênis também não parece ser sozinha um critério autoevidente para definir um homem. A *inversão* do corpo feminino de passivo para penetrante durante o ato sexual, o uso de objetos manufaturados, como dildos, e a inversão teatral da mulher com o uso de roupas masculinas são práticas tangíveis para muitos homens apenas no papel de clientes que vagam pelas ruas, uma vez que representam tabus no interior da sexualidade privada e não-paga do matrimônio. Quando Cassandra pergunta em tom jocoso se seu cliente

pediria para ser penetrado pela esposa, ela também afirma que, para ela, tal prática é tão dispersa do que é feito por “amor” que não seria praticada de graça.

Além da associação pejorativa de tais homens à homossexualidade, parte do estranhamento por tais clientes vem do incômodo em relação a homens que desejam brincar de ser mulher apenas em momentos ímpares e privados. Para tais homens, a encenação teatral da feminilidade passa por práticas de travestimento do gênero oposto — seriam *crossdressers* na língua inglesa ou *cdzinbas*, no uso de um termo ênico e abasileirado. A simulação de “ser mulher” pode passar pelo uso de calcinhas, perucas, sapatos de salto alto e maquiagem. Algumas interlocutoras relatam como, debaixo do terno e gravata que utilizam durante o expediente de trabalho, alguns clientes escondem lingerie vermelhas, adornadas por tecidos de renda, reveladas apenas no fim do dia e em quartos de motel. Quando clientes usam adereços paródicos à feminilidade e pedem para serem mulheres na cama, em associação direta da passividade sexual à ideia de uma “essência” feminina, algumas das profissionais do sexo tomam a prática como grotesca ou ofensiva.

Cassandra aponta que ser mulher não é tão simples assim e que esses homens não aguentariam estar em sua pele todos os dias. Para ela, tais clientes não são homens de verdade, mas também não são ou não poderiam ser mulheres. Algumas profissionais do sexo optam por recusar tais práticas e guiar suas jornadas de trabalho apenas para práticas que considerem desejáveis. Uma colega de Cassandra relata que não aceita programas com homens que querem ser penetrados: *“deixo para as minhas amigas trans, para que elas tenham dinheiro para colocar peito”*. Outras, podem rechaçar tais práticas, mas ainda realizá-las para que não percam os clientes, mantenham sua reputação e, assim, obtenham retorno financeiro por encenar fantasias escritas pela imaginação alheia.

Nessa perspectiva, os espaços fechados do mercado do sexo podem ser pensados como ambientes seguros em que tais homens podem encenar feminilidades reprimidas no cotidiano. Michel Foucault (2013) usa o termo “heterotopia” para descrever espaços que abrigam moralidades desviantes da normatividade social restante, como bordéis e motéis. Essas espacialidades são utopias concretizadas, arquiteturas que materializam desejos improváveis nos territórios sociais comuns e que, portanto, invertem as noções da moral vigente. São contra-aloções, zonas liminares que contestam de forma mítica e real o espaço em que se habita socialmente, nas quais o desejo masculino que não condiz com a moral monogâmica heterossexual pode ser depositado e canalizado, na função social de controle desses “impulsos” e da preservação da moral reinante.

Por um lado, os desejos do “mau sexo” encontram melhores possibilidades para

expressão em espaços discretos do mercado do sexo, em segredo a outras esferas de socialidade. Por outro, a expressão velada não é necessariamente interpretada como uma forma de repressão. A clandestinidade de tais práticas também pode ser desejável por si só, em sujeitos que constroem relações eróticas com o interdito e que se atraem pelo caráter sigiloso e marginal desses templos de exceção. Nesse jogo, o desejo pode escapar da norma, ao mesmo tempo que a encena, transgride e, por vezes, a reafirma, ao manter práticas transgressoras confinadas.

Nessa perspectiva, podemos pensar como as mulheres prostitutas vendem prazeres e fornecem amores, mesmo que efêmeros, para homens preteridos e de prazeres dissidentes. “Corpos brutos, gordos, negros, peludos, com deficiência, fora do padrão de beleza, de macheza” (Moirá, 2023, p. 96) que encontram na prostituição um antídoto para solidão e para prazeres alocados em armários, práticas e desejos que não podem ser enunciados em quaisquer contextos afetivo-sexuais e são melhor saciados sob a égide dos mercados do sexo. Contudo, isso não significa afirmar que todos os clientes são homens solitários, insatisfeitos com suas vidas pessoais e em busca de preencher lacunas emocionais e existenciais com o sexo comercial. Ainda que parte dos clientes possa ser composta por homens com dificuldades em encontrar intimidade em relacionamentos não mediados por transações econômicas explícitas, o sexo comercial oferece de forma abrangente, mesmo para homens comprometidos e felizes em seus relacionamentos, uma gama de serviços, fantasias e prazeres que podem não estar disponíveis sem o intermédio de pagamentos.

Se erotismos pressupõem fantasias, memórias e imagens que não são opostas à realidade, mas que giram em torno das normas e apontam para além delas (Gregori, 2016), algumas dessas fabulações podem ser encontradas com maior facilidade a partir do dinheiro. Elizabeth Bernstein (2008) explora, nos Estados Unidos, como o sexo se tornou um bem intercambiado como outros no capitalismo e como homens podem usufruir de uma diversidade de contatos afetivos e sexuais mediante seus poderes aquisitivos. Nessa configuração, erotismos pagos são mais facilmente conquistados que amores românticos, principalmente para clientes que são homens preteridos de padrões de beleza e masculinidade e encontram parcerias apenas contratando os serviços de mulheres prostitutas. Contudo, como Bernstein discute, o argumento compensatório de que é preferível ter relações sexuais em relacionamentos íntimos ignora que “a diversidade de parceiras sexuais e experiências não é meramente substitutiva, mas sim desejável por si mesma” (Bernstein, 2008, p. 336). Existe, desse modo, uma procura por formas de sexualidade não-doméstica, na qual clientes desejam obter prazer, cuidado e escuta sem o

estabelecimento de ligações emocionais duradouras e de formas de reciprocidade que extrapolem o contrato por um amor efêmero.

É comum que as profissionais do sexo narrem como homens tentam as seduzir com promessas de que irão *tirá-las dessa vida e assumi-las como esposas*, mas que tais juras são facilmente abandonadas assim que atingem o orgasmo. Muitos clientes adotam uma postura de carinho e atenção com as garotas de programa, mas tal postura tem um prazo de validade curto e expira assim que eles conseguem o *gozo* que desejam. Grande parte desses homens parece buscar por encontros íntimos e conexões emocionais delimitadas em termos de obrigação, na qual suas obrigações são apenas a de respeitar os limites corporais estabelecidos pelas profissionais e pagá-las por seus serviços em contratos perecíveis de no máximo algumas horas. Desviam-se, assim, da heterossexualidade normativa que tende a relacionamentos duradouros, a contratos matrimoniais e a prazeres domésticos, direcionados à monogamia e à ausência de experiências e parceiras sexuais diversas.

Para as garotas de programa do Butantã, uma *puta esperta* é aquela que não se deixa enganar por clientes que tentam seduzi-las para conseguir descontos e serviços de graça, ser *esperta* é se portar como uma profissional, o que inclui encenar amores e utilizar de seus encantos para fazê-los se sentirem especiais. Em tais encenações, práticas fora do escopo normativo são dramatizadas, e mesmo a própria heterossexualidade pode ser pensada como um artifício cênico, como nos poucos casos em que conheci garotas de programa que são lésbicas e vendem prazeres para homens. Na lógica do capitalismo de consumo, em que clientes se sentem merecedores de múltiplas mulheres atraentes, em um “interlúdio erótico, que é ‘mais real e humano’ do que seria satisfazer-se sozinho” (Bernstein, 2008, p. 332), as mulheres prostitutas transformam o que lhes foi naturalizado como feminino em trabalho, vendem prazeres e amores para plateias masculinas que transitam pela cidade e são fisgadas por seus encantos.

Para as mulheres prostitutas, os movimentos imbricados de vender prazeres e de ocupar a cidade abrem portas para uma gama de possibilidades, práticas e desejos que não cabem num entendimento da heterossexualidade como norma estanque que carece de nuances. Algumas dessas possibilidades emergentes são vistas como positivas e agregadoras, como o fato de muitas mulheres terem experienciado orgasmos pela primeira vez somente em relações com clientes na prostituição. É o caso de Débora, uma mulher negra de trinta e cinco anos que perdeu a virgindade de forma precoce e se envolveu em alguns relacionamentos antes de fazer seu primeiro programa aos vinte e dois anos, na Avenida Indianópolis. Apesar de já ter tido experiência com alguns homens de forma não-

remunerada, Débora veio a descobrir o prazer em ter um orgasmo apenas com clientes. Seu primeiro orgasmo foi com um homem branco, *gordo* e mais velho, pelo qual não se sentia atraída. Ele possuía disfunção erétil e não gostava de penetração, somente de lambe seu corpo e de praticar nela sexo oral. O homem era um dentista aposentado e, para ela, o antigo ofício fazia com que ele fosse “*bom de boca*” e pudesse a proporcionar, pela primeira vez, o prazer que só havia visto em filmes e novelas. Com esse homem, que não teria se relacionado por “amor” de forma não-remunerada, Débora experienciou aquilo que suas amigas tanto comentavam e que nenhum dos homens que considerava atraente a haviam proporcionado. Para ela, a maior parte dos homens buscam satisfazer seus próprios desejos e pouco se interessam se as mulheres também possuem experiências prazerosas e atingem o orgasmo. A exceção está em alguns clientes, especialmente os *coroas carentes*, que se dedicam a não terem relações sexuais mecânicas e a proporcionar prazeres as suas parceiras.

Em casos como esse, a sexualidade das mulheres que atuam como profissionais do sexo pode ser aberta a transformações que são interpretadas por elas como positivas e satisfatórias. Vanessa estabeleceu, em comum acordo com seu namorado, quais práticas afetivo-sexuais são exclusivas a seu relacionamento, feitas por “amor” e dentro do apartamento em que vivem, e quais podem ser operadas por trabalho, em trocas citadinas nas quais as pulsões são quantificadas em dinheiro em quartos de motéis. Entre as práticas exclusivas a seu namorado e interditas a outros homens estão a penetração sem preservativo e o ato de dormir e passar a noite com alguém.

Há alguns meses, Vanessa descobriu no trabalho a possibilidade de ter prazer com outras mulheres e passou a se identificar como uma mulher bissexual. Ela narra ter tido uma experiência romântica com outra mulher quando cursava o ensino médio, mas que encerrou a relação por sentir medo da reação de sua família e de amigos, caso fosse tirada do armário. Anos depois, quando passou a trabalhar como garota de programa e a atender casais que buscavam apimentar suas relações, Vanessa redescobriu a possibilidade de ter prazer com outras mulheres e passou a se entender como bissexual. Nem Vanessa e nem qualquer mulher com quem conversei em anos de trabalho de campo, já relataram terem sido abordadas por mulheres desacompanhadas de homens que estariam interessadas na negociação de um programa. A demanda pelos prazeres pagos da prostituição feminina parece seguir como um espaço de hegemonia masculina, numa matriz binária de desejo que, por vezes, pode dar vazão a experiências sáficas de mulheres casadas — em práticas mediadas por acordos financeiros efêmeros e sob o olhar e a companhia de seus maridos e namorados que observam a prática com deleite. Para Vanessa, a ausência de vínculos

duradouros e a precificação do prazer parecem ter sido meios pelos quais ela pôde expandir as fronteiras de sua sexualidade de maneira valorativa, num movimento também de mudança identitária pelo qual passou a reivindicar a categoria “bissexual”.

Além da possibilidade do orgasmo e de prazeres relacionados a práticas e sexualidades até então não explorados, o ato de ser paga pela relação sexual também é operado como um momento recompensador, uma gratificação por direito por suas habilidades de gerar prazer. É recorrente que as profissionais do sexo relatem o quanto gostam de ser recompensadas e o quanto sentem falta de serem pagas quando suas relações sexuais acontecem fora das lógicas do sexo comercial. Depois que começou a fazer programas, Rita teve algumas relações não-remuneradas com *paqueras*, mas sentia que todas acabavam em tom menor: “*era como se faltasse alguma coisa*”. Ela sentia falta do pagamento e assim decidiu que não mais transaria de graça, que só faria sexo com clientes e que as experiências mais satisfatórias que poderia ter seriam com homens bonitos que a proporcionassem prazer e também a pagassem no final. Para ela, um orgasmo não qualifica sozinho uma boa relação sexual, é também necessário que receba uma vantagem econômica - uma quantia de notas, um presente, um jantar ou uma conta paga.

Se, nas relações não remuneradas, as mulheres não têm nenhuma garantia de que o prazer que oferecem será recíproco, ao receberem dinheiro, ao menos têm a certeza de alguma forma de compensação. Receber uma contraprestação financeira é uma experiência vista como positiva e agregadora, uma forma de valorização para seus ofícios. Algumas histórias narram clientes que preferem pagar pelo programa de forma implícita e não entregam o dinheiro diretamente nas mãos das mulheres. Deixam as notas em suas bolsas ou embaixo do travesseiro, num ritual que tenta camuflar o aspecto econômico daquela troca. Outros, ainda que mais raros, optam por tornar o caráter financeiro daquele encontro uma marca notória e gastam muito mais que o previsto no acordo inicial. Oferecem mais dinheiro para que as mulheres não pensem em ir embora e os façam companhia durante toda a noite, ainda que a relação sexual possa acontecer uma única vez. Uma de minhas interlocutoras já relatou ter recebido oito mil reais por passar a noite com um cliente que comemorava uma promoção no trabalho e queria companhia para fumar cigarros e beber cerveja. Nesses casos, o ritual de demonstrar ostentação e esbanjar dinheiro parece ser uma forma de demonstrar prestígio, de se associar a uma masculinidade provedora, garantir que aquela mulher seja a mais atenciosa possível e queira estar em sua presença novamente. Os clientes que remuneram com opulência são cobiçados pelas profissionais do sexo e, por vezes, tornam-se objeto de disputa nos circuitos da prostituição por representarem maior possibilidade de lucro. Eles estão num

polo oposto aos clientes que barganham valores e aos que se recusam a pagar — homens lidos em tom de desprestígio e violência.

Em contraste, outras possibilidades acabam por delinear o desejo das profissionais do sexo mediante a abjeção a certas práticas feitas por dinheiro, mas que seriam recusadas em relações não-comerciais. Propostas realizadas por lucro, como a inversão, o travestimento para roupas masculinas, o sexo com urina e as práticas fetichistas de sadismo e masoquismo podem ser consideradas degradantes ao esbarrar em limites da sexualidade e ao estigma que os acompanha.

Uma das primeiras cenas que trago neste artigo é situada em uma rua do Butantã onde Cassandra narra, de forma jocosa, um dos homens casados que a procuram para serem penetrados. Seu semblante muda, entretanto, quando narra uma série de outros fetiches requisitados por clientes. Ela se recorda de já ter vestido roupas masculinas, como terno e gravata, para clientes cuja fantasia era de que um corpo, em mimética a uma masculinidade empresarial, os penetrasse. Narra como um deles a levou para uma loja de roupas e pediu para que ela escolhesse um blazer, uma camisa, uma calça social e um vestido de festa e pagou com seu cartão de crédito. Ela escolhe o vestido mais caro que encontra e fica feliz pensando que, naquele dia, iria faturar mais que apenas o valor da hora do programa. Quando eles saem da loja e chegam até o quarto do drive-in mais próximo a seu ponto, para sua surpresa, é o homem quem veste o vestido de paetês que ela havia escolhido em seu número. Cassandra relata já ter humilhado com xingamentos e agredido fisicamente com tapas e chicotadas clientes que tinham prazer em dor física e submissão. Contudo, ela não narra tais experiências com a mesma simpatia e jocosidade de outras. Fazer tais práticas por dinheiro a fez se sentir *suja* e *baixa*, provocou alguns sentimentos posteriores de culpa e vergonha que não fariam com que ela as repetisse novamente, ao menos não sem que lhe fossem oferecidas quantias financeiras onerosas.

Aqui, podemos pensar em como algumas práticas sexuais podem ser ordenadas segundo as distinções sociais entre contaminação/purificação e limpeza/sujeira, descritas pela antropóloga Mary Douglas (1976). O medo do impuro e a rejeição a suas vertentes é descrito por Douglas como uma forma de manutenção da ordem social, na qual o corpo, seus fluidos e substâncias precisam ser purificados e canalizados para práticas de limpeza, em um pêndulo que simboliza perigo e poder. Na medida em que Cassandra sente prazer e satisfação ao se relacionar com clientes *gostosos*, *viris*, *novinhos*, que desejam ser ativos e não serem penetrados, o contato com práticas fetichistas relacionadas à dor e a simulacros de masculinidade em seu corpo é operado por ela como uma contaminação a um estado degradante.

Estar associada a práticas consideradas impuras e fronteiriças do mau sexo podem fazer com que as garotas de programa se sintam também *sujas*. O estigma associado a práticas marginais pode provocar sentimentos de vergonha, culpa e de desvalorização de seu valor enquanto pessoa para si e para outros. Contudo, o campo móvel das polaridades entre norma e transgressão, deleite e dor, consentimento e abuso faz com que seus termos nem sempre sejam interpretados da mesma maneira (Gregori, 2016). O que é operado como uma prática impura e degradante para uma profissional do sexo, pode ser apropriado por outra como algo prazeroso, no deleite provocado pela transgressão de normas.

Podemos observar a mobilidade dessas fronteiras nas narrativas que Andreia, uma mulher *negra* de quarenta e cinco anos, faz de suas relações com seus clientes. Seu tipo predileto de clientes são homens *negros*, de sua faixa etária ou um pouco mais velhos. Ela já foi casada uma vez com um homem que a amava e a tratava com carinho dentro de casa, mas que tinha vergonha de ser visto acompanhado dela em espaços públicos e não queria que as pessoas descobrissem que sua esposa era obesa. Na prostituição, ela encontrou homens que a desejam como uma mulher gorda, homens que valorizam seu tipo físico e que a fazem se sentir uma mulher *bonita e gostosa*. Andreia tem prazer em dominar homens e vê-los em estado de submissão, debaixo de seus sapatos de salto alto, gemendo enquanto recebem tapas e são pisoteados. Após uma dose de conhaque, encarna a persona dominadora: “*um gole e eu fico maldosa*”, ela diz aos risos. Se, para Cassandra, tais práticas são degradantes, para Andreia se encontram em um enquadramento positivo e agregador do trabalho sexual, trazendo consigo prazer e satisfação que não experimentara em relações não-remuneradas. Os limites de Andreia são justamente parte dos atributos que provocam desejo em Cassandra: a relação com homens mais jovens e o cruzamento geracional em que as garotas de programa são as mulheres mais velhas.

Diferente da percepção comum de que as profissionais do sexo não possuem distinções morais, suas rotinas de trabalho são continuamente traçadas por fronteiras de intimidade. Elas não são corpos passivos, sujeitas a quaisquer práticas impostas por clientes. Pelo contrário, comandam a conduta masculina em acordos explícitos nos programas. O corpo e seus serviços são territórios em negociação, fragmentados em práticas feitas por “amor” e por dinheiro, em experiências nas quais podem encontrar satisfação e em outras das quais classificam como abjetas — rejeitadas de antemão ou negociadas apenas perante ofertas onerosas.

As experiências consideradas abjetas, impuras ou repulsivas esbarram em limites do “mau sexo” e carregam consigo estigma para quem as pratica. Como discuti anteriormente, as fronteiras entre prazer e repulsa se movem em limites que variam para

cada profissional do sexo, mas que podem tangenciar práticas como o cruzamento geracional, a inversão de mulheres para performances de gênero masculinas e/ou penetrativas e as práticas sadomasoquistas relacionadas a dor. Outras propostas menos comuns também já foram mencionadas pelas garotas de programa com quem conversei, como a de clientes que tem fetiche em fezes, em relações com animais e em encenações que remetem a pedofilia. Vanessa menciona sobre um cliente *imundo* que carregava as roupas de sua sobrinha adolescente em seu carro e queria que ela as vestisse e o chamasse de “tio” durante o programa. Ofendida com a proposta, ela expulsou o homem da rua, ameaçou denunciá-lo para a polícia e alertou suas colegas de pista sobre a presença desse *abusador*. Refletiu que não poderia alimentar a fantasia *doentia* deste homem e nem de nenhum outro de práticas não criminosas, que não poderia ser cúmplice de coisas que sentia *nojo*. Recentemente, ela também havia ouvido de suas colegas que um possível cliente rondava aquelas ruas e perguntava para as garotas se elas possuíam um cachorro de estimação. Ao mesmo tempo em que relata experiências satisfatórias em sua carreira, Vanessa afirma que muitos homens pensam que as prostitutas estão nas ruas para realizar qualquer desejo, que cabe a elas ter que lidar com os pensamentos mais impuros da sexualidade masculina.

Alguns clientes parecem pensar que o ato de pagar os garantiria um passe livre para quaisquer práticas e serviços. No mercado do sexo e nas interações com profissionais do sexo, podem proferir fantasias que não teriam coragem de pedir para suas esposas, práticas indizíveis que não pronunciaram em voz alta senão naquelas ruas. Atos que beiram o sexo espúrio, repulsivo e, por vezes, criminoso. A ideia de que prostitutas estariam ali para satisfazer quaisquer desejos também foi apontada por muitas das travestis e mulheres trans com quem conversei. Em corpos transfemininos, o sexo e a devassidão parecem ser elencados como características naturais e intuitivas, pertencentes à própria experiência trans e travesti, mesmo que elas não atuem como trabalhadoras sexuais. Essa é uma das razões pelas quais muitas fazem seus primeiros programas ainda adolescentes e ingressam no trabalho sexual de forma precoce, como se seguissem um curso natural para a sobrevivência.

Para as mulheres cis, o prazer não é colocado de antemão da mesma forma. Espera-se que as mulheres cis que trabalhem na prostituição estejam ali por circunstâncias adversas, pela pobreza e falta de alternativas, que atendam aos desejos da sexualidade masculina, mas que não sintam prazer nesse “destino cruel”. Quando ativistas como Gabriela Leite (1992) e Fátima Medeiros (2024) afirmavam nos anos 1980 e 1990 que, de fato, sentiam prazer em suas carreiras, suas falas caminhavam no sentido de libertar a

imagem das prostitutas das ideias fixas de sofrimento que as perseguiriam.

Em rejeição à ideia de que a sexualidade feminina deve ser um artefato de satisfação dos desejos alheios, as profissionais do sexo erijem formas de controle da conduta masculina, de proteção contra estigma e sentimentos depreciativos. Uma vez que a vergonha e a humilhação são emoções que fazem gênero (Díaz-Benítez, 2019), cabe às mulheres a contenção de práticas sexuais que podem marcá-las ainda mais pelo estigma da profissão e pelo sentimento de culpa associado à subversão e a impureza — emoções que não se manifestam em homens da mesma forma. Maria Elvira Díaz-Benítez (2019, p. 56) explora, por exemplo, como o sexo com animais é visto como uma interdição antinatural de modo generalizado, mas que, para homens, a prática pode incluir certa aceitação em circunstâncias específicas, como na iniciação sexual de homens do campo. Esse certo nível de tolerância em práticas que ocupam as trincheiras contra o “bom sexo” não é dada para mulheres da mesma forma, uma vez que elas são muito mais propensas a sentirem culpa por práticas sexuais e serem taxadas como solitárias, doentes e coitadas. Cabe a elas o controle dos impulsos sexuais masculinos.

Nessa perspectiva, traçar fronteiras de intimidade e territorializar o corpo em partes e práticas regradadas não apenas divide as relações feitas por ou sem remuneração, mas protegem as profissionais do sexo de emoções vexatórias e eventos estigmatizantes, bem como, as guiam para miscelâneas de trabalho e prazer mais autênticas e satisfatórias.

Considerações finais

Neste artigo, busquei centralizar o desejo como objeto antropológico e tecer conexões entre as economias sexuais urbanas, os panoramas biopolíticos do Brasil contemporâneo e as transformações nas fronteiras do erotismo. Minha pesquisa consiste em uma etnografia de longa duração nos mercados do sexo de alguns bairros da cidade de São Paulo, especialmente no Butantã, onde entrevistei e habitei ruas apropriadas por mulheres prostitutas que narram suas múltiplas jornadas de trabalho, cuidado e socialidade na metrópole.

São Paulo é habitada como um espaço vivo e de errância, onde profissionais do sexo assumem e operam múltiplas identidades, personas e representações de si em dimensões territorializadas. Nas geografias do desejo que fundam pela metrópole, parecem tensionar o sistema sexo-gênero ao venalizarem a força sexual que não deveria ser precificada no capitalismo. Quando transformam esse não-trabalho em carreira, também se aproximam do “mau sexo” e se desviam da heterossexualidade normativa ao venderem erotismos pela cidade, em desejos fetichistas, fugazes, com objetos

manufaturados e de desníveis etários. Praticam a cidade de forma errante junto ao estigma e aos ordenamentos jurídico-morais que buscam ejetar e criminalizar seus corpos.

Ao mesmo tempo, transitam no interior das normas quando habitam territórios nos quais a carreira profissional é um ofício não-vocalizado. Nesses momentos, se desfazem das performances profissionais e se dedicam ao cuidado e aos prazeres não-remunerados e não desviantes. Fazem usos do corpo nas fronteiras da sexualidade e na subversão da economia, ao mesmo tempo em que também podem cultivar identidades normativas e fora das políticas do armário. Vendem prazeres pouco predominantes na domesticidade, mas também constroem regimes de moralidade atravessados pelas normas.

Se, para Butler (2003), todes somos desviantes, na medida em que ninguém pode replicar completamente as normas, devemos pensar também na heterossexualidade a partir de modelos não universais e estanques. Mediante as experiências locais da prostituição em São Paulo, as formas de heterossexualidade se revelam modificadas por marcadores sociais múltiplos que variam segundo categorias de desejo, fuga, deriva e movimento pela cidade, tanto para as mulheres prostitutas quanto para seus clientes. Os múltiplos modos pelos quais normas são vividas e incorporadas podem fazer com que a heteronormatividade dialogue com formas de dissidência, ainda que em meios contraditórios que não necessariamente tenham objetivos intencionais de resistência. A porosidade das fronteiras entre prazer, trabalho e afeto parece criar uma espécie de heterossexualidade ambígua, que se infiltra nos interstícios da economia, dos corpos e das cidades.

Referências

AGIER, Michel. *Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação*. São Paulo/Maceió: Ed. Unesp/Edufal, 2015.

ANGOTTI, Bruna. *Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: O surgimento dos presídios femininos no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 2011.

ARANTES, Antonio Augusto. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, n. 23, p. 191-203, 1994.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamentos e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray. BENTO, Maria Aparecida. (Org.). *Psicologia Social do Racismo: estudos*

sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELL, David. VALENTINE, Gill (orgs.). *Mapping Desire: Geographies of Sexualities*. Londres e Nova York: Routledge, 1995.

BERNSTEIN, Elizabeth. O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do sexo. *Cadernos Pagu*, n. 31, jul.-dez. 2008, p. 315-362. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332008000200015>. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRAZ, Camilo. Silêncio, suor e sexo: subjetividades e diferenças em clubes para homens. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs.). *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BUTLER, Judith. Meramente cultural. *Idéias*, Campinas, SP, v.7, n.2, p. 227-248, jul/dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649503>. Acesso em: 5 jun. 2026.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARRARA, Sérgio. “Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo.” *Mana*, Rio de Janeiro, n. 21(2), p. 323-345, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>. Acesso em: 5 jun. 2026.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 25, n. 54, p. 51-78, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832019000200003>. Acesso em: 5 jun. 2026.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUNCAN, Nancy. Renegotiating gender and sexuality in public and private spaces. In: DUNCAN, Nancy (org.). *BodySpace: destabilizing geographies of gender and sexuality*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1996.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FELDMAN, Sarah. *Segregações espaciais urbanas: a territorialização da prostituição feminina em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1989.

FONSECA, Claudia. A dupla carreira da mulher prostituta. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 7, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16650>. Acesso em: 5 jun. 2026.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 2, n. 1 e 2., jan/dez, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12109>. Acesso em: 5 jun. 2026.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. *Estudos Avançados*, São Paulo, Brasil, v. 27, n. 79, p. 113–122, 2013. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/68705>. Acesso em: 5 jun. 2026.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 13ª edição, 1999.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

GREGORI, Maria Filomena. Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 47–74, jan. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420047>. Acesso em: 5 jun. 2026.

GREGORI, Maria Filomena. *Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. São Paulo: Fósforo, 2022.

KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LEITE, Gabriela. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, vol. 23 (1), 2019, p. 135-175. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/etnografica.6431>. Acesso em: 5 jun. 2026.

MEDEIROS, Fátima. *Putá História*. Salvador: Ed. da Autora, 2ª ed., 2024.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta*. São Paulo: n-1 edições, 2023.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365–373, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365>. Acesso em: 5 jun. 2026.

MURRAY, Alison. *Femme on the streets, butch in the sheets (a play on whores)*.

IN: BELL, David; VALENTINE, Gill. *Mapping Desire: Geographies of Sexualities*. Londres e Nova York, Routledge, 1995.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Hetero é sempre normativo? Gênero, socialidade e deslocamentos em contextos interioranos. *O Público e o Privado*, Fortaleza, v. 20, n. 41 jan/abr, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.52521/20.8109>. Acesso em: 5 jun. 2026.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Homem com homem, mulher com mulher: paródias sertanejas no interior de Goiás. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 39, p. 367–402, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200013>. Acesso em: 5 jun. 2026.

PASINI, Elisiane. “Corpos em evidência”, *pontos em ruas, mundos em pontos*: a prostituição da Rua Augusta em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, 2000.

PATRIARCA, Letizia. Pelo bairro: um exercício descritivo da prostituição de travestis no Jardim Itatinga. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 20, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3501>. Acesso em: 5 jun. 2026.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, Campinas, p. 271-248, n. 25, jul. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200009>. Acesso em: 5 jun. 2026.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê*: prostituição viril em São Paulo. Editora Brasiliense, São Paulo: 1987.

PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 717–717, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300014>. Acesso em: 5 jun. 2026.

PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, p. 17-44, v. 4, n. 05, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 5 jun. 2026.

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: PARKER, Richard. AGGLETTON, Peter (orgs). *Culture, Society and Sexuality*. 1ª ed., Londres, Routledge, 2006.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. NASCIMENTO, Silvana de Souza. Corpo aberto, rua sem saída. Cartografia da pegação em João Pessoa. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 19, jan. 2015, p. 44-66. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984->

[6487.sess.2015.19.05.a](#). Acesso em: 5 jun. 2026.

SEDWIG, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, jan.-jun. 2007, p. 19-54. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>. Acesso em: 5 jun. 2026.

SILVA, Ana Paula da Silva. BLANCHETTE, Thaddeus. Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700500019>. Acesso em: 5 jun. 2026.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n° 32, ano 15, jul.-dez./2009, p. 171-188. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200008>. Acesso em: 5 jun. 2026.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói: EdUFF, 2010.

SOUZA, Francisca Inar de. *O cliente: o outro lado da prostituição*. São Paulo: Annablume, 1998.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIANNA, Adriana. LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 51, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510001>. Acesso em: 5 jun. 2026.

WITTIG, Monique. *The Straight Mind and Other Essays*. Boston: Beacon Press Books, 1992.

ZELIZER, Viviana A. Dinheiro, poder e sexo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 32, 2009, p. 135-157. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332009000100005>. Acesso em: 5 jun. 2026.

Financiamento

Bolsa de longa duração para pesquisas de Mestrado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Chamada nº 73/2022.

Recebido em 06 de abril de 2025.

Aceito em 10 de março de 2026.